

HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS

nos dois lados do Atlântico, entre o Moderno e o Contemporâneo

Fernando Ripe
Juliana de Mello Moraes
Mauro Dillmann
[Org.]



© dos organizadores

1ª edição: 2025

Preparação de texto: Sob responsabilidade dos organizadores

Revisão: Helena Vitória Klein

Editoração: Igor Rodrigues de Almeida

Imagem da capa: *Boys playing on the shore*, do artista Albert Edelfelt (1854-1905)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

H67 História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo [recurso eletrônico] / organizadores Fernando Ripe, Juliana de Mello Moraes, Mauro Dillmann. – Caxias do Sul : EducS, 2025.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

Apresenta bibliografia.

Vários autores.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.18226/9786558074533

ISBN 978-65-5807-453-3

1. Educação - História. 2. Educação - Crianças. 3. Historiografia. I. Ripe, Fernando. II. Moraes, Juliana de Mello. III. Dillmann, Mauro.

CDU 2. ed.: 37(091)

Índice para o catálogo sistemático

1. Educação - História	37(091)
2. Educação - Crianças	37-053.2
3. Historiografia	930

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

PREFÁCIO	7
<hr/>	
Thais Nívea Fonseca	
APRESENTAÇÃO	12
<hr/>	
Modos de dizer e ver as infâncias nos domínios da historiografia portuguesa e brasileira: entre o Moderno e o Contemporâneo	
Fernando Ripe	
Juliana de Mello Moraes	
Mauro Dillmann	
CAPÍTULO 1	24
<hr/>	
O abandono de crianças em Portugal: da liberdade à criminalização (sécs. XVI-XIX)	
Maria Antónia Lopes	
CAPÍTULO 2	47
<hr/>	
Sobre jogos e brincadeiras de meninos: análise comparada entre um texto do jesuíta Alexandre de Gusmão e gravuras de Claudine Bouzonnet-Stella (século XVII)	
Fernando Ripe	
Mauro Dillmann	
CAPÍTULO 3	73
<hr/>	
As ‘infâncias’ à margem da sociedade portuguesa (séc. XVIII ao XX): os dispositivos assistenciais de proteção e (re)educação	
Ernesto Candeias Martins	
CAPÍTULO 4	95
<hr/>	
O cotidiano da criança paranaense no Oitocentos através de egodocumentos	
Juarez José Tuchinski dos Anjos	
CAPÍTULO 5	113
<hr/>	
As Casas da Criança: um programa de assistência e educação infantil em Portugal no Estado Novo	
Luís Mota	
António Gomes Ferreira	
Carla Vilhena	

Menores pobres, desvalidos e delinquentes no Brasil na transição do Império para a República: um balanço historiográfico

Fabiano Quadros Rückert
José Carlos da Silva Cardozo

No menor, um “Jesus sofredor”: menoridade e engajamento social na Campanha da Fraternidade de 1987

Elisangela da Silva Machieski
Camila Serafim Daminelli

“Infâncias sem poesia”: adolescentes em conflito com a lei sob a visão de operadores do Direito (Florianópolis, Santa Catarina, 1990-2005)

Silvia Maria Fávero Arend

Literatura, Fotografia e História da Infância: os espaços onde se situavam as crianças na Primeira República na cidade de São Paulo

Cláudia Panizzolo
Adilson Ednei Felipe

Representações hegemônicas sobre as crianças e a infância no final do século XIX e início do século XX no Brasil e em Portugal em revistas pedagógicas

Mônica Teresinha Marçal

Relações de Poder, Etnia, e Gênero: *Do outro lado tem segredos, A fada que tinha ideias, Bisa Bia Bisa Bel*

Maria do Rosario da Cunha Peixoto
Olga Brites

CAPÍTULO 5

As Casas da Criança: um programa de assistência e educação infantil em Portugal no Estado Novo

Luís Mota
António Gomes Ferreira
Carla Vilhena

A construção da Modernidade. A “questão social” e a proteção materno-infantil

A emergência da modernidade, carreando transformações no domínio económico, social, cultural, político e tecnológico, propiciou condições para a afirmação de uma preocupação com as populações e com a problemática social da infância, assistindo-se à intensificação de propostas e ações dirigidas às crianças (KUHLMANN JR. & FERNANDES, 2004). O cumprimento do programa de modernidade, no plano internacional, consubstanciou o aprofundamento da higienização pública e privada do corpo, singular e social, fruto da conjugação de poderes políticos, sociais e de saberes-poderes, mormente do reforço do saber-poder médico e da afirmação de diferentes disciplinas médicas, particularmente, a higiene que se propunha resolver múltiplos problemas sanitários (PEREIRA & PITA, 2005).

Portugal, confrontado com um quadro de depauperada situação física, material, moral, educacional e cultural das classes laboriosas (VAQUINHAS, 2011) que, como ilustra a imprensa da época (VAQUINHAS, 1992), ameaçava a ordem moral e os bons costumes da sociedade burguesa de finais do século XIX e da 1ª metade do século XX, procurou acompanhar a evolução internacional. A criança, como o futuro (da pátria/nação) de Portugal e, sobretudo, as mães, foram os especiais destinatários das campanhas profiláticas de saúde pública, respaldadas na ciência e em saberes técnicos especializados, visando reconfigurar as práticas sociais (VAQUINHAS, 2011).

A “questão social” e a proteção materno-infantil marcaram presença no debate público em Portugal durante o desenvolvimento do Estado-nação, atravessando os regimes monárquico-constitucional, liberal republicano e o Estado Novo e, sem prejuízo das diferenças de abordagem e perspectiva, a re-

alidade é que, apesar da retórica, chegados às décadas de trinta e quarenta do século passado, as políticas e as respostas eram pouco mais que inexistentes (PIMENTEL, 2000).

Coincidentemente, o novo quadro constitucional que corporiza o Estado Novo, datado do 1º lustro dos anos trinta do século passado, transporta uma nova perspetiva sobre a educação da infância. A exaltação simbólica do papel tradicional da mulher – mãe, esposa, dona de casa e educadora – compagina-se com a idealização da maternidade para atribuir a responsabilidade da educação das crianças à família, muito especialmente, à mulher. Complementarmente, é instituída a Obra das Mães pela Educação Nacional para “estimular a acção educativa da família e assegurar a cooperação entre esta e a escola” (PORTUGAL, 1936, p. 981). A quase inexistência de uma rede de educação infantil pré-escolar e a quebra na sua frequência (GRÁCIO, 1995) vai resultar na extinção do ensino oficial infantil (PORTUGAL, 1937). A preocupação assistencial sobrepunha-se à função educativa.

É no quadro da administração regional – Juntas Gerais do Distrito, de 1836 a 1936 – até 1933, e autárquica depois – Juntas Provinciais, a partir de 1937, e Juntas Distritais, desde 1959 –, que encontramos a procura de respostas para a “questão social”. As Juntas Provinciais, desde 1937, possuíam atribuições de fomento e coordenação económica, de cultura e de assistência, cabendo-lhes no âmbito desta última atribuição, a construção e manutenção, com orçamento próprio ou em parceria com o Estado e, mais tarde, abrindo a possibilidade de participação da iniciativa privada, de hospitais, dispensários centrais, preventórios e sanatórios. Desde 1940 que a legislação especificava o estudo e submissão às instâncias superiores de planos de assistência social adequados às circunstâncias e necessidades da província, atribuindo, ainda, a incumbência de subsidiar a realização dos planos aprovados ou o alargamento a outras modalidades de atividade assistencial (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

O órgão regional e autárquico, em Coimbra e na Província da Beira Litoral – incluía os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria – conheceu um só presidente entre 1927 e 1974, Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa, natural de Castanheira de Pera, nascido no seio de uma família burguesa, representativa de uma certa elite económica, cultural, política e religiosa. Catedrático de medicina da Universidade de Coimbra, exerceu diferentes cargos nos planos político – e.g., presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1922-1926), procurador à Câmara Corporativa (1961-1965; 1965-1969) – e económico,

com intensa atividade empresarial integrando conselhos de administração de grandes empresas – e.g., Fábrica de Porcelanas Vista Alegre.

Na presidência do órgão autárquico da administração pública – Junta Geral do Distrito de Coimbra, Junta da Província da Beira Litoral, Junta Distrital de Coimbra – vai liderar e consubstanciar um conjunto de projetos no âmbito da saúde e assistência pública marcados pelas preocupações de higiene social no sentido de responder a uma realidade que, em meados do século passado, caracterizava, retrospectivamente, nestes termos:

En raison de la lourde mortalité infantile, de l'insuffisance notoire de l'éducation de la femme du point de vue sanitaire, surgit la décision d'affronter ce complexe et important problème. A cette fin, on l'étudia méticuleusement, on analysa les statistiques, on examina sur la carte les régions où le taux de mortalité infantile était le plus élevé, on en rechercha les causes et, fermement résolu à les éliminer, on organisa l'Oeuvre de Protection de la Femme Enceinte et de la Défense de l'Enfant, laquelle, en raison de son activité, ne tarda pas à collaborer aussi dans notre champagne «Pour les Tuberculeux, Contre la Tuberculose» (ROSA, 1956a, p. 65).

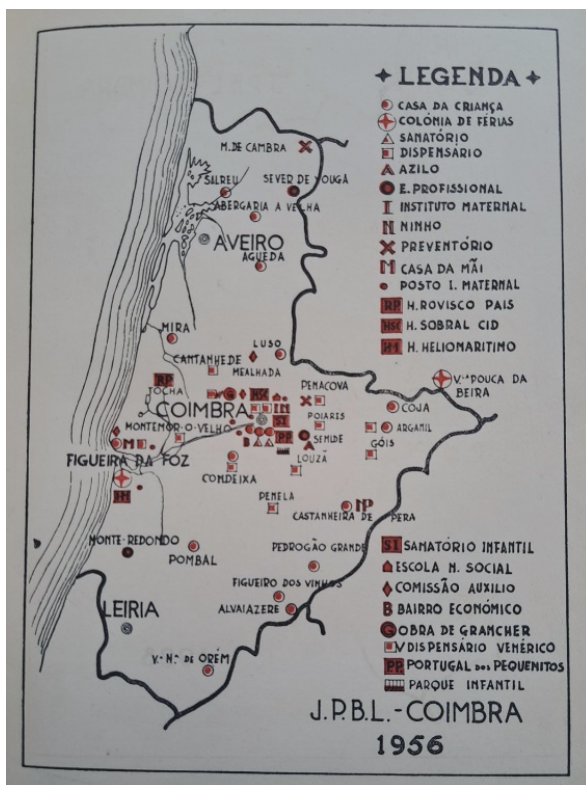
A Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC): um dispositivo socio-sanitário

É neste contexto de mortalidade – e.g., doenças como a tuberculose – e de elevada taxa de mortalidade infantil – 20 mil mortos por ano até à idade de um ano (ROSA, 1956a) – que, entre 1928 e 1931, se moldou o núcleo da obra assistencial da Junta da Província da Beira Litoral (SOUSA, 1999), nomeadamente, a Obra Antituberculosa e a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) (1930). Consolida-se a ideia do compromisso do corpo social com a saúde de cada um dos seus membros, sem prejuízo de cada um ser responsável por ser e estar saudável (BASHFORD, 2004), impendendo sobre o organismo social as tarefas de despiste, prevenção, profilaxia e proteção face à doença e aos *flagelos sociais* (ROSA, 1935), que articulava dever público e iniciativa privada, competindo ao Estado o papel de regulador (ROSA, 1970). Empreendimento que implicava uma ação de instrução e educação higiénica, a começar pelas crianças a quem se podia criar hábitos estruturais e inconscientes que respeitassem os princípios da boa higiene, mas igualmente das progenitoras, como sublinhava Bissaya Barreto. Cometimentos que deviam ser, de acordo com o presidente da Junta da Província da Beira Litoral, entregues às mulheres, dado tratar-se de funções que já desempenhavam no quadro das organizações médico-sociais – criar e educar crianças ou dedicarem-se às obras sociais (ROSA, 1935).

No âmbito das Juntas – Geral do Distrito de Coimbra, da Província da Beira Litoral e Distrital de Coimbra – a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança consubstanciou um programa de assistência infantil que constituía um dispositivo socio-sanitário (SILVA, 2013) em que os diferentes estabelecimentos funcionavam como peças articuladas que sustentavam uma trajetória de vida das crianças até “poderem ser entregues à Sociedade, armados e equipados com uma boa saúde e uma útil profissão, para vencerem na vida” (ROSA, 1970, p. 298), podendo, em caso de necessidade, regressar ao quadro do dispositivo no ocaso da vida.

A Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), a par da Obra Antituberculosa de Coimbra, constituía uma resposta estruturada ao problema da fome e da doença, numa luta contra a mortalidade e morbilidade infantil, articulando um conjunto de estabelecimentos que representavam apenas uma parte daqueles que a(s) Junta(s) criaram e geriram, como se pode observar na figura 1.

Figura 1 – Estabelecimentos da Junta da Província da Beira Litoral em 1956



Fonte: ROSA, 1956a, p. 13.

Como explica o presidente da(s) Junta(s) tratava-se de defender e proteger a criança, especialmente a que nasceu em meio contaminado, dos perigos que a ameaçavam, o alimentar, o infeccioso e o alimentar e perante a desconfiança face à educação higiénica do meio familiar, como decorre das palavras, em cima, de Bissaya Barreto, a solução seria retirá-la após o seu nascimento. Nesta perspetiva, a partir do Dispensário da OPGDC, foi criada uma maternidade, destinada a parturientes tuberculosas com o propósito de realizar a profilaxia pós-natal, e, simultaneamente, o Ninho dos Pequenitos, que recebia crianças até aos três anos de idade ou, em alternativa, a obra de Grancher, com a entrega das crianças a famílias de acolhimento:

Les enfants confiés à la garde, aux soins et à l'éducation de familles physiquement et moralment saines, étaient maintenus sous la surveillance affectueuse et compétente des médecins locaux, qui les soignent en cas de maladie et qui veillent surtout sur la manière dont ils sont élevés et soignés par leur parents adoptifs (ROSA, 1956a, p. 67).

Uma prática conhecida em Portugal, ainda que mobilizada com outros objetivos e intenções, que resultou, de acordo com o Presidente da(s) Junta(s), em razão disso mesmo (ROSA, 1956a).

A necessidade do combate à mortalidade infantil e o reconhecimento da insuficiência da resposta existente – e.g., dispensários na periferia de Coimbra e o Dispensário Geral na cidade – levou a Junta da Província da Beira Litoral a criar as Casas da Criança, que funcionariam com os regimes de internamento e semi-internamento, estabelecimentos que através de uma proposta pedagógica diferente se propunha amar, nutrir e ensinar as crianças até aos 7 primeiros anos de vida, acreditando que a plasticidade do espírito prepara a criança para a vida e o desenvolvimento da sua personalidade. Atente-se nas palavras de Fernando Bissaya Barreto:

Un foyer accueillant, où l'enfant puisse vivre dans une ambiance caractérisée par les tendresses d'une mère, par la bonté d'un père, par la douceur et l'indulgence de la gouvernante (Érasme); sans aucune répression, en pleine liberté, l'enfant jouit du libre développement de ses facultés naturelles. Sans livres, sans cahiers, sans punitions, sans travail de mémoire, l'enfant apprend à observer, à examiner. Il commence à s'intéresser aux choses qui l'entourent, à se rendre compte, à raisonner, à prendre de l'initiative – et voilà que bientôt son caractère commence à se former. Ainsi placé depuis le commencement de sa vie en contact avec le monde réel, par l'observation personnelle et par l'étude directe des faits, l'enfant s'arme et s'outille contre la dureté et les surprises que lui réserve l'avenir (ROSA, 1956a, p. 74).

A proposta pedagógica das Casas da Criança constitui o cerne do nosso estudo, pelo que voltaremos a esta questão. Após os três anos de idade, no Ninho dos Pequenitos, ou os sete anos, nas Casas da Criança, as crianças não podiam permanecer nas respetivas instituições. Se se acreditava que o meio permanecia infetado ou as crianças corriam o risco de contágio tornava-se necessário encontrar instituições que as acolhessem. Tal facto levou a Junta da Província da Beira Litoral a criar uma resposta, os preventórios – arma da profilaxia contra a doença (ROSA, 1956a) –, tendo sido criado um em Penacova, que se destinava ao internamento de crianças sem tuberculose pulmonar, e outro em Macieira de Cambra – “Ar Alto” – para crianças com primoinfeção. A propósito do Preventório de Penacova escreveu o presidente da Junta da Província da Beira Litoral (JPBL) evidenciando o sucesso da medida:

C'est une des raisons qui déterminèrent la foundation du Préventorium de Penacova, le premier préventorium institué au Portugal, situé dans un paysage merveilleux, en un climat magnifique, en pleine campagne et doué de conditions d'aménagement, d'hygiène, d'alimentation et de salubrité telles que l'on put register ce fait absolument miraculeux: malgré que tous les internés du préventorium soient des enfants de parents tuberculeux, en plus de vingt ans pas un seul d'eux est mort! (ROSA, 1956a, p. 68).

Todavia, a estratégia da JPBL, deve sublinhar-se, visava outras dimensões de um processo de socialização, dado que, tal como explicita Fernando Bissaya Barreto, o objetivo era levar as crianças a amar a terra e a fixarem-se longe do ambiente urbano, processo esse que prosseguiria após os 11 anos de idade.

Para enquadrar as crianças entre os 11 e os 18 anos de idade, a JPBL criou escolas de educação e trabalho, as raparigas eram transferidas para as Casas de Educação e Trabalho D^a. Helena Quadros, em Sever do Vouga, e D^a. Maria Patrocínio Costa, em Monte Redondo, enquanto os rapazes eram encaminhados para a Escola Profissional de Agricultura de Semide ou para os Asilos de Aveiro e Leiria. As Casas de Educação e Trabalho constituíam uma oportunidade para a aprendizagem de uma profissão e para se prepararem para a vida, através de uma existência num ambiente saudável fora do meio urbano, clinicamente acompanhado e vigiado, uma alimentação sã e substantiva, a par de uma educação nas suas diferentes vertentes – e.g., higiénica, física – como explicita Fernando Bissaya Barreto atestando a validade da estratégia da OPGDC:

Vivant au grand air, au soleil, avec une nourriture saine et substantielle, s'habituant à l'hygiène et à la propreté, se développant sous la surveillance médi-

cale, pratiquant les sports, éloignés du milieu Urbain, de la maison malsaine, de la conteugieuse vie en commun avec leur parents pendant de longues années, ces enfants sont mis en mesure d'annuler l'influence nuisible, l'action affaiblissant qui pourrait leur être transmise par leur parents tuberculeux. Cela est d'ailleurs démontré par le fait qu'il y a aujourd'hui dans les maisons d'assistance de l'Administration Provinciale un grand nombre d'employés (cordonniers, électriciens, menuisiers, typographes, jardiniers, cuisiniers, etc.) qui ont parcouru les différents établissements de L'Oeuvre de Protection à la Femme Enceinte et de Défense de l'Enfant et qui constituent, par leur robustesse physique et leur préparation professionnelle, la meilleure garantie et la preuve la plus irréfutable de l'efficacité de cette oeuvre (ROSA, 1956a, p. 70).

Percurso que ficava concluído quando as crianças, agora jovens adultos “puderem ser entregues à Sociedade, armados e equipados com uma boa saúde e uma útil profissão, para vencerem na vida” (ROSA, 1970, p. 298) ou como expressava o presidente da JPBL década e meia antes, “nous prenons l'enfant du ventre de le mère et nous ne le lâcherons que lorsqu'il sera devenu fort, robuste, sain, éduqué, instruit, et pleinement capable à devenir un bom citoyen du point de vue physique, professionel et moral – un être utile à la famille et à la Nation!” (ROSA, 1956a, p. 71). Trajetórias de vida que se podem comprovar compulsando as peças arquivísticas existentes. Na realidade, para além disso, muitos dos trabalhadores e das trabalhadoras dos diferentes estabelecimentos da OPGDC, em particular, e dos geridos e criados pela JPBL, em geral, foram recrutados entre as crianças que experimentaram este percurso de vida (MARTINS & TOMÉ, 2013).

O dispositivo só ficava completo quando as crianças, tendo realizado o seu percurso na OPGDC e caso não tivessem constituído família ou se vivessem com dificuldades económicas, encontrassem, no final do seu ciclo de vida, um local de acolhimento. Para o efeito foi criado o Asilo de Velhos de Semide que lhes proporcionaria o acesso a um fim de vida tranquilo e sereno (ROSA, 1956a).

Deve salientar-se, como decorre da observação da figura 1, que as ações e os estabelecimentos geridos pela Junta da Província da Beira Litoral e a sua sucedânea, não se limitaram à Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança, abrangendo, nomeadamente, a Obra Antituberculosa – em cuja luta também interveio a OPGDC –, já acima referida, o combate às doenças venéreas ou à lepra, tendo sempre presente a preocupação com as crianças. Referenciemos os dispensários no combate à tuberculose ou às doenças venéreas, os hospitais sanatórios, para mulheres, localizado em Celas (Coimbra), onde seria instalado um sanatório infantil, em 1960, e que estaria na origem

do Hospital Pediátrico de Coimbra (1970), e para homens, o Hospital Colónia Portuguesa do Brasil, localizado na zona de Covões (Coimbra). Neste âmbito, saliente-se o Hospital-Colónia Rovisco Pais, localizado na Tocha (Cantanhede), criado para o tratamento, a profilaxia e o estudo da lepra, ou doença de Hansen, no quadro de um modelo de internamento compulsivo (CRUZ, 2009). Possuía a particularidade de se encontrarem nas suas instalações uma creche (figura 2) e uma Casa de Educação e Trabalho, para acolher os filhos sãos de pais leprosos, visando evitar o contágio direto e o anátema, filho de leproso, dado que “tout le monde l'éloigne et s'éloigne, tout le monde le repousse et par tous il est persécuté; personne ne veut avoir affaire avec lui et même de l'école on le renvoie!” (ROSA, 1956b, p. 33). Todavia, de igual modo, se procurava concretizar uma assistência integral “donc médicale, alimentaire, éducative et morale. Tout y est fait afin que ces enfants sortent de là, le caractère bien formé et capables de vaincre le dur combat de la vie” (ROSA, 1956b, p. 30).

Figura 2 - Vista da creche e seu entorno no Hospital Rovisco Pais (Tocha, Cantanhede)



Fonte: Rosa (1956b).

De outra natureza, merecem destaque a Colónia Balnear Dr. Oliveira Salazar (figura 3), na Gala (Figueira da Foz) que recebia crianças dos 5 aos 14 anos de idade, e a Colónia Ar e Sol, de meia altitude, em Vila Pouca da Beira e que acolhia crianças entre os 5 e os 12 anos.

Figura 3 – Edifício da Colónia Balnear Dr. Oliveira Salazar



Fonte: Rosa (1956a).

Evidencie-se, ainda, o Portugal dos Pequenitos, em Santa Clara (Coimbra), um parque temático em miniatura, consistindo num espaço lúdico, pedagógico e turístico, ainda hoje em funcionamento. De referenciar, finalmente, as preocupações, na década de sessenta, com as crianças portadoras de deficiência, criando-se, em Coimbra, o Instituto de Surdos-Mudos, em Bencanta, e o Instituto de Cegos e Amblíopes, no Loreto.

O presidente da(s) Junta(s) previu que a sua ação e do organismo autárquico a que presidia estaria dependente de “pessoal técnico convenientemente preparado” (ROSA, 1970, p. 364) pelo que fundaria a Escola Normal Social (ENS), em 1937. A oferta educativa da ENS, em 1940, disponibilizava os cursos de enfermeira puericultora visitadora da infância e de higiene social, de assistente social ou educadora ou reeducadora e assistente escolar e de vigilante de internato e monitora de ensino familiar e doméstico. No início do lustro seguinte, conferia os diplomas de assistente social, puericultora, educadora familiar, jardineira de crianças, assistente escolar e auxiliar médico-social (MARTINS, 2010). A formação de enfermeiras puericultoras visitadoras de infância (EPVI), constituiu um exclusivo, entre 1937 e 1956, da ENS. Como sublinhava Bissaya Barreto, eram as enfermeiras puericultoras visitadoras de infância que dirigiam “as Casas da Criança, onde, à custa do conhecimento da fisiologia e da moderna psicologia infantil, se cultiva o

Corpo e se modela a Alma de muitos portugueses de amanhã” (ROSA, 1970, p. 364), destacando, a propósito da ENS:

On peut se faire une idée de cette Ecole, de son organisation et de son fonctionnement, en rapelant que dans le diplôme qui lui fut adressé par l’O. N. U. il est dit que l’Ecole Normale Sociale de Coimbra doit être considérée comme l’Ecole-modèle du service social, à copier ou à imiter dans les autres pays (ROSA, 1956a, p. 29).

As Casas da Criança: dos destinatários à especificidade de cada estabelecimento

A criação do programa das Casas da Criança, no âmbito da Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), procura, como já foi destacado, tornar mais efetiva e eficiente a resposta à situação das crianças. As condições materiais e simbólicas da sociedade portuguesa marcavam uma existência difícil, muito especialmente, dos operários e trabalhadores do campo, quer nas zonas rurais ou nas urbanas. O magro salário do pai, determinava a necessidade de a mãe trabalhar para fazer face às despesas do agregado familiar, o que conduzia a que as crianças ficassem entregues a si próprias (MARQUES, 1951). As transformações ocorridas no agregado familiar, menos numeroso e com maiores diferença de idades, enfraquecera os laços de camaradagem o que, de acordo com Bissaya Barreto (ROSA, 1970), agravava a situação de desamparo das crianças. As alterações ocorridas no quotidiano sobrepesavam a situação, o crescente bulício, nomeadamente de trânsito, tornava “perigoso deixar brincar crianças na rua ou mesmo nos largos públicos” (ROSA, 1970, p. 207). Perante tal cenário, o presidente da JPBL objetiva, tomando a questão colocada por um colaborador, “quantos desastres se podem evitar, quantos benefícios poderiam receber as crianças dessas idades se se pudessem recolher, vestir, alimentar e educar convenientemente durante as horas de trabalho dos pais?” (ROSA, 1970, p. 192). A criação das Casas da Criança visa, precisamente, cuidar e educar dessas crianças e resolver o problema do seu abandono no período pré-escolar.

Com *naturalidade* se depreende que os destinatários da iniciativa, isto é, os meninos e as meninas em idade pré-escolar admitidos nas Casas da Criança, provinham das classes populares. Na realidade, as crianças que frequentavam estes estabelecimentos eram, genericamente, filhos e filhas de trabalhadores rurais, oficinais ou operários com um quotidiano de dificuldades. Não obstante, esta caracterização genérica tem de ser compaginada com situações diversificadas, especialmente atendendo ao regime de semi-inter-

nato, nomeadamente do ponto de vista socioeconómico e/ou cultural das famílias e, conseqüentemente, nos objetivos com que procuram a instituição. Diferenças essas que podem personificar alguma heterogeneidade, corporizando realidades diferentes no âmbito do programa, bem como ocorrências variadas na mesma instituição (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

Os objetivos das Casas da Criança passavam, prioritariamente, por resolver os problemas do abandono, sem perder de vista o proteger e vigiar a sua saúde, atender às suas necessidades e educá-las logo a partir da 1ª infância. A supressão do abandono compagina-se com a intervenção de pessoal especializado, cientificamente preparado – e.g. medicina, psicologia, pedagogia – para cuidar e educar a criança. Pretende-se preparar a criança para ser homem amanhã transmitindo normas e regras para uma boa saúde e criar hábitos de higiene, cuidando da parte física e mental.

Confere-se um papel central à educação alicerçada numa conceção de criança e de infância. Fase da vida tomada como o momento em que o organismo se encontra em pleno desenvolvimento e formação, período de maior desenvolvimento físico e mental – o sistema nervoso central, bem como a audição e a visão, crescem significativamente (ROSA, 1970) –, a criança é considerada um ser que, pela sua curiosidade, recetividade e sensibilidade, é de uma “plasticidade extrema” (ROSA, 1970, p. 210). Constitui, em razão disso, terreno fértil para o enraizamento, acelerado e profundo, de hábitos técnicos – e.g., alimentação, vestuário, asseio –, para promover o desenvolvimento mental – período que coincide com “o mais rápido desenvolvimento da sua capacidade de entendimento e compreensão” (ROSA, 1970, p. 206) –, e para acompanhar as experiências (iniciais) de sentimentos e emoções – e.g., prazer, medo, ciúme, agressividade –, conscientes de que “é à custa destas reacções emocionais, forças mentais, da sua atitude social e orientação que resulta a formação da sua personalidade” (ROSA, 1970, p. 206). Conceções que tornam evidente a perceção da educação pré-escolar como essencial para a vida das crianças (CAPELO, 1951).

Todavia, os propósitos não se esgotam na educação da criança. As crianças são consideradas, por inconsciência ou descuido dos progenitores, “vítimas da falta de educação dos pais” (ROSA, 1970, p. 161). A intervenção de saberes-poder – e.g., a medicina – e de técnicos especializados, que acompanham a construção da Modernidade, determina a necessidade de se ser educado para o exercício da função de mãe (ou pai) (VILHENA, 2010; MOTA, VILHENA, & FERREIRA, 2018).

A orientação e educação das mães está nas origens da ação da(s) Junta(s), visível, desde logo, na designação da Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) que, necessariamente, inclui a mãe. Uma preocupação que emerge, igualmente, nas valências das Casas da Criança, prevendo-se a existência de um consultório de pediatria e de uma sala de espera, no pressuposto de se realizar uma ação em termos de profilaxia e educação das mães. Ação que terá variado o seu modo de funcionamento, ao longo de três décadas, no mesmo estabelecimento e entre Casas da Criança. Na década de sessenta, do século passado, na Casa da Criança Rainha Santa Isabel, em Coimbra, o serviço era assegurado pelo Instituto Maternal, funcionava duas vezes por semana, segunda e quarta-feira, e as consultas ficavam a cargo de uma equipa constituída por um médico, uma assistente social e uma enfermeira (FREIRE, 1965).

A necessidade *imperiosa* de se educar e ensinar as mães a serem boas mães manifesta-se, ainda, na ação da puericultora a quem, estando em contacto com a família, competia *passar* às mães noções de puericultura – e.g., noções fundamentais de higiene pré-natal, higiene infantil –, bem como orientá-las na busca de ajudas e apoios para a criação dos filhos – e.g., obras de assistência. Uma ação que tinha, em última instância, o objetivo de despertar nas mães uma “consciência maternal” transformando a sua educação em “factor de maior valor e da maior segurança para a protecção da infância” (ROSA, 1970, p. 150). A educação das mães era olhada, ainda, pelo seu potencial, sendo a mãe encarada como veículo de disseminação de conhecimento e de práticas de higiene junto da comunidade (SILVA, s. d.).

Deve evidenciar-se que a heterogeneidade de público e dos seus objetivos ao escolherem frequentar uma Casa da Criança, de acordo com o que se enunciou, e a natureza compósita, e de raiz local, do orçamento de cada Casa – 2% sobre as coletas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional por Junta, subsídios para projetos inscritos no orçamento de Estado e financiamento de organizações públicas e privadas (e.g., câmaras municipais) – remetem-nos para a compreensão das diferenças existentes entre as Casas da Criança. Do tipo de edifício, de raiz ou adaptação (ROSA, 1970), à sua localização, a par das origens, propósitos ou motivações, dos seus destinatários (e. g., idade cronológica, origens socioeconómicas e/ou culturais), as Casas da Criança enquanto instituições de educação pré-escolar conservavam, necessariamente, um significativo grau de diferenciação que configura marca de cultura própria já que, se eram veículos de transmissão de cultura, nem por isso deixavam de ser produtoras de culturas.

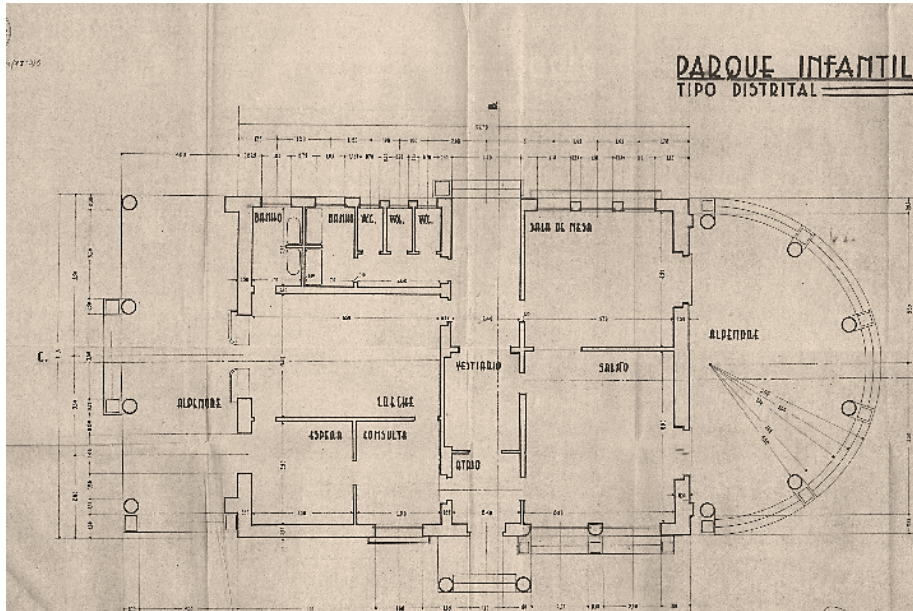
Especificidades que, nomeadamente em razão de questões orçamentais, se consubstanciam em relatos de excesso de trabalho e da necessidade de reforço da equipa, em 1943-1944, na Casa da Criança Rainha D. Leonor, em Castanheira de Pera (PIMENTA, 1944), ou duas décadas depois, em 1964-1965, na Casa da Criança Rainha Santa Isabel – Santa Clara, em Coimbra, em que se refere o elevado número de crianças e a falta de pessoal, servindo de justificação para a adoção de comportamentos contrários à psicologia e à proposta pedagógica das Casas da Criança (OLIVEIRA, 1965).

As Casas da Criança constituíam, à semelhança do que temos sustentado para outras instituições educativas (MOTA & FERREIRA, 2016), como que realidade(s) dentro de outra(s) realidade(s), concitadas, à escala nacional (e internacional), a uma norma política e a uma estrutura educativa, atualizando-se na relação dialética entre a liberdade e autonomia dos seus atores, na fidelidade aos seus objetivos, e a norma e a estrutura, configurando um espaço de emergência de *infidelidades normativas* e de construções identitárias (FERREIRA, MOTA & PINTO, 2019).

A proposta pedagógica das Casas da Criança

A resposta, às necessidades e preocupações com a assistência e educação das crianças, denuncia racionalidade, rigor e sistematicidade evidenciada na cobertura territorial da obra assistencial da Junta da Província da Beira Litoral (JPBL) (figura 1), na rede de Casas da Criança, projetada para o nível concelhio e, numa segunda fase, à escala de freguesia (ROSA, 1970), bem como na criação de um projeto tipo para aqueles estabelecimentos (figura 4). Opções que indiciam ponderação com um processo que se desejava descentralizado, mas com uma oferta assistencial e educativa que se queria homogénea e, simultaneamente, standardizada, no sentido de preservar a filosofia de funcionamento. De tal sorte, que as alterações à planta tipo, em razão de necessidades específicas dos municípios – e.g., terreno, espaço –, se encontravam previstas (SILVA, 2013). Na ausência de edifícios de raiz, as Casas da Criança eram instaladas em edifícios adquiridos e/ou adaptados para o efeito.

Figura 4 – Planta Tipo, Parque Infantil



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

Da observação da planta tipo, para além da sala de espera e do consultório já analisados, constata-se a existência de um espaço para acolher as crianças dos 0 aos 3 anos – a creche – e uma sala para as atividades das crianças dos 3 aos 7 anos, o jardim de infância, servidas por uma sala para refeições e as instalações sanitárias. De topo, nas fachadas longitudinais, dois alpendres, um, de formato retangular, funcionando como extensão da creche, onde eram colocados os berços quando o tempo o permitia, do lado oposto, um semicircular, em ligação com o jardim de infância, permitindo o acesso das crianças aos espaços ao ar livre (figura 5), evidenciando a importância que se conferia às vivências e ao contacto com a natureza (FERREIRA & MOTA, 2018).

Figura 5 – Casa da Criança D. Joaquina Barreto Rosa (Arganil)



Fonte: Centro Documentação Fundação Bissaya Barreto.

Higiene, alimentação e educação marcavam o ritmo de vida nas Casas da Criança. A higiene e a alimentação ocorriam de acordo com regras e horários contribuindo para conformar o dia-a-dia nas instituições e estabelecendo um ambiente de disciplina, facilitando a intervenção da puericultora e, simultaneamente, contribuía para o desenvolvimento, paulatino, do autocontrolo por parte das crianças. Compreende-se, por isso, que as práticas educativas se organizem de acordo com uma rotina, elemento central dos programas educativos.

As crianças, em regime de externato ou semi-internato, eram deixadas pelos pais quando se deslocavam para o local de trabalho, sendo recebidas pela puericultora que tem, como primeira tarefa, observá-las e proceder ao despiste de doenças. Cuida da higiene, lava, eventualmente dá banho, e veste com roupa da casa, designação cujo significado variava com o estabelecimento, podendo significar um simples bibe que era colocado à criança sobre a roupa que trazia de casa ou significar uma muda de roupa completa, com ou sem roupa interior. Vestuário que, em qualquer circunstância, no final do dia, as crianças despiam, voltando a vestir aquela outra que tinham trazido de casa, antes de serem entregues aos pais (DUARTE, 1966; FREIRE, 1965; OLIVEIRA, 1965; RENDEIRO, 1965). Posteriormente, os mais novos eram colocados na creche, sob uma observação permanente, precavendo qualquer alteração do estado de saúde que pudesse implicar contactar a mãe (ROSA, 1970).

Na sequência dos primeiros cuidados de higiene, a ação das cuidadoras centrava-se na alimentação, compreendido como respaldo do desenvolvimento da criança. As crianças realizavam, ao longo do dia, três refeições, o pequeno-almoço, almoço e uma merenda. Refeições que, amiúde, no seu conjunto, tinham componentes alimentares como o pão, o leite, os legumes, a carne, o peixe, a fruta e os açúcares (ROSA, 1970; DUARTE, 1966), sem prejuízo das variações que pudessem existir em resultado das condições materiais existentes nas diferentes Casas da Criança. Refira-se, ainda, que os alimentos eram prescritos e regulados por uma dietista (ROSA, 1956a).

Os discursos, no plano pedagógico, engajam-se pela educação nova, enfatizando a necessidade de uma educação definida como construtiva, para cumprir o desígnio de qualquer educação, fabricar homens preparados para o mundo em que vivem. Evocam-se conceitos da Psicologia e da Sociologia e a autoridade de autores do “Movimento da Educação Nova” – e.g., Adolphe Ferrière ou Maria Montessori – para denunciar e recusar a pedagogia tradicional, dos livros e da memória, acentuando que as Casas da Criança deveriam ser um espaço acolhedor onde se nutriam, amavam e ensinavam as crianças durante os primeiros sete anos de vida:

Un foyer accueillant, où l'enfant puisse vivre dans une ambiance caractérisée par les tendresses d'une mère, par la bonté d'un père, par la douceur et l'indulgence de la gouvernante (Érasme); sans aucune répression, en pleine liberté, l'enfant jouit du libre développement de ses facultés naturelles. Sans livres, sans cahiers, sans punitions, sans travail de mémoire, l'enfant apprend à observer, à examiner. Il commence à s'intéresser aux choses qui l'entourent, à se rendre compte, à raisonner, à prendre de l'initiative – et voilà que bientôt son caractère commence à se former (ROSA, 1956a, p. 74).

Reclamava-se uma educação integral, sempre em contraponto à pedagogia dita tradicional, que fabricasse indivíduos completos, integrais e adaptados ou capazes de se adaptarem social, física, intelectual e moralmente à realidade, enfim, às suas condições de existência. A educação integral visava, afinal, o cultivo do corpo, da inteligência, da moral e do caráter. Para tanto, a criança deveria usufruir de liberdade e o adulto deveria respeitar as tendências fisiológicas da criança, em linha, com a proposta pedagógica de Maria Montessori (ROSA, 1970). E ilustra-se convocando a metáfora da planta:

Nous pourrions dire que la Maison de l'Enfant n'est qu'un jardin dans lequel on cultive intégralement et amoureuxment la plante humaine – le corps, l'intelligence, le caractère et même la dextérité manuelle, dans des travaux de découpage, de coloration, de modelage et autres. Et combien de manifestations, combien de vocations de découvre-t-on pas en cette phase de la vie des enfants! (ROSA, 1956a, p. 80).

Deve ter-se presente que, em Portugal, à semelhança do que ocorreu um pouco por todo o mundo ocidental, sem prejuízo da existência de diferenças, muito em razão das especificidades dos processos históricos, a partir da segunda década do século passado, vai ganhar preponderância a pedagogia de Maria Montessori. Uma das principais razões para tal advinha de se estar num tempo em que se pretendia organizar a educação das crianças a partir de princípios cientificamente estabelecidos, surgindo as propostas de Montessori mais afins do cientismo da época (FERREIRA, MOTA & VILHENA, 2019).

Nesta perspetiva todo o momento e a ação são considerados educativos e espera-se que a criança escolha as tarefas que mais lhe agradam e as cumpra, que leve até ao fim aquilo a que se propôs. Estimular a curiosidade e a imitação contribui para desenvolver a autoeducação na criança (ROSA, 1970). O papel da puericultora será o de observar, guiar, ajudar e aconselhar:

[...] a puericultora está presente para responder às suas perguntas, para guiá-la, aconselhá-la, ajudá-la sem tomar nunca o seu lugar; está ao seu dispor igualmente para ouvir confidências, que leva a sério, tratando a criança como um ser dotado de razão, com personalidade própria, que ela respeita e procura compreender (ROSA, 1970, p. 241).

No modelo pedagógico de Maria Montessori, a questão do meio ambiente educativo – materiais e exercícios pedagógicos – é central (FERREIRA, MOTA & VILHENA, 2019), pelo que não admira que, nas Casas da Criança, o princípio de liberdade da criança conforme o espaço e a sua organização. A adequação às características socioculturais das crianças (SILVA, 2013) e as opções de carácter pedagógico estruturam o edifício, o espaço envolvente, a organização e o mobiliário das salas. Nesse sentido, mesas, secretárias e armários baixos, compartimentos, cabides e lavatórios, louça sanitária, tudo está ao alcance da criança, sendo ela, por isso, “responsável pela ordem de todas as coisas, cada objeto tendo um lugar determinado” (ROSA, 1970, p. 241).

As salas possuíam uma dimensão considerada adequada e o equipamento, no caso da valência de jardim de infância, deveria permitir e estimular a execução livre de tarefas. Neste entendimento, as salas surgem equipadas com mesas individuais, de dois lugares e uma mesa-redonda central, facilitando a aprendizagem do trabalho em conjunto e coletivo e/ou colaborativo. As paredes pintadas a cores suaves e decoradas com ilustrações ou reproduções de obras de arte, remetem para um ambiente alegre, bonito, considerado significativo para embasar o desenvolvimento da criança (ROSA, 1970).

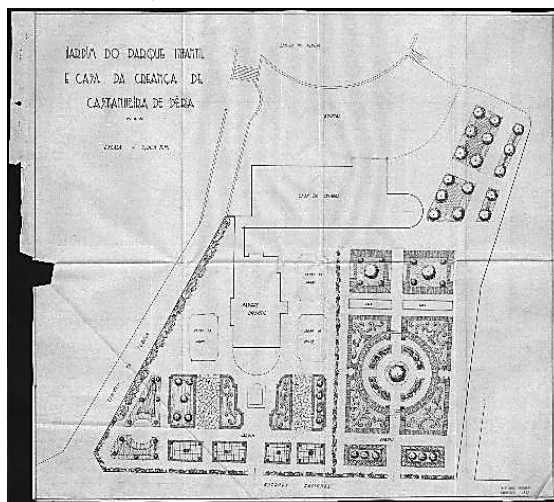
Um quadro de ardósia, habitualmente sustentado num tripé, servia para as crianças desenharem. A rotina diária para além do desenho, traduzia-se por diferentes atividades como cantar, dançar ou executar trabalhos manuais, sem perder de vista que o objetivo é educar e não instruir, estando atenta a puericultora à problemática da fadiga da memória – em linha com os contributos pedagógicos de Pestalozzi, Froebel e Montessori –, através do exercício dos sentidos e com recurso à associação das ideias, cuidando da sua educação intelectual (ROSA, 1970). Como destaca Fernando Bissaya Barreto:

Nous avons en effet bien plus d'intérêt à former l'esprit de l'enfant qu'à le meubler; pour cette raison le but fondamental de nos Maisons de l'Enfant consiste – pendant le période pré-scolaire – à développer l'esprit d'initiative de l'enfant, sa confiance en soi-même, sa notion de responsabilité et de solidarité.

[...] nous voulons et devons former une jeunesse forte, libre, pleine de la joie de vivre, douée d'un développement physique et psychique bien équilibré, ayant le culte de la responsabilité et sachant dominer ses nerfs (ROSA, 1956, p. 78).

A preocupação com as dimensões física e intelectual implicava que as crianças fossem habituadas a gostar da vida livre e ao ar livre, do sol e da natureza. O edifício (figura 4), pela sua estrutura e disposição, facultava esta ligação a uma vida ao ar livre com a sala a fluir para o espaço exterior através de um alpendre semicircular (figura 5). A sala promovia a passagem das crianças aos jardins e, simultaneamente, oferecia um espaço protegido da chuva, facultando o acesso ao ar livre, puro e saudável.

Figura 6 – Jardim do Parque Infantil e Casa da Criança de Castanheira de Pera



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

A rotina promovia atividades ao ar livre e o contacto permanente com a natureza para uma vida salutar e vigorosa. Coerentemente, existiam jardins, como espaço enquadrador e, sempre que possível, construíram-se campos de jogos, pensados na sua adequação à atividade física e brincadeiras de crianças do jardim de infância. Nestes espaços as crianças exercitavam-se fisicamente e brincavam, atividades consideradas fontes de conhecimento e disciplina e convenientes para o desenvolvimento do sistema nervoso (ROSA, 1970). Atribuía-se importância à vida ao ar livre e à liberdade concedida à criança, em tempo e espaço, para brincar e jogar, atendendo a que as crianças aprendem brincando. Reconhecia-se um valor educativo aos jogos e às atividades físicas:

*C'est que, à la Maisons de l'Enfant, on s'occupe avec intérêt et tendresse de la culture physique des enfants, on éveille leurs énergies, on découvre des vocations et tout cela se fait en jouant...
Les enfants jouent en apprenant, et apprennent en jouant...
Leur activité se développera autant que possible au grand air, au soleil, en pleine Nature: gymnastique, chant choral, natation, courses, etc. – Tout cela sont des moyens de culture physique dont on se sert ici (ROSA, 1956a, p. 79-80).*

A brincadeira promovia o convívio com as outras crianças constituindo uma outra dimensão educativa fundamental. O entendimento ia no sentido de se considerar que as crianças se construía e cresciam umas com as outras, única forma de se virem a assumir como adultos responsáveis e preparados para a vida social, desenvolvendo um autodomínio e uma autodisciplina dispensando condicionantes externos, simultaneamente com um espírito de solidariedade (FERREIRA & MOTA, 2018).

Figura 7 – Jardim do Parque Infantil e da Casa da Criança de Castanheira de Pera



Fonte: Centro de Documentação Fundação Bissaya Barreto.

O jardim (figura 7), com “valência simbólico-funcional” (SILVA, 2013), geometricamente ordenado, indiciava rigor, ordem, cuidado e constituía uma dimensão essencial do projeto educativo das Casas da Criança. Um espaço que facultava à criança a possibilidade de contactar com um ambiente atraente, permitindo-lhe, no seu dia-a-dia, conviver e familiarizar-se com o belo, contribuindo para o desenvolvimento do seu bom gosto. Apelava-se, assim, ao instinto da criança que, esperava-se, sentindo-se atraída pelo bem, geraria um amor à beleza que, pela ação educativa, seria incorporado na sua personalidade (ROSA, 1970).

Outrossim, os jardins, a par da criação e cuidado de pequenos animais, serviam para o estudo das ciências naturais (ROSA, 1970). Competia à puericultora estimular a imaginação e a curiosidade das crianças, incentivando o desenvolvimento do seu espírito de observação e investigação, como forma de a criança tomar consciência dos fenómenos que a rodeavam. As suas lições deveriam centrar-se em objetos concretos – espécies vegetais ou animais – que servissem de base ao desenvolvimento intelectual da criança, tendo sempre como ponto de partida o que ela já conhece e o que vê, partindo sempre do concreto e do conhecido para o abstrato e o desconhecido (ROSA, 1956a). Em linha com as *lições de coisas*, pugnava-se por um ensino prático e concreto, de acordo com o que se considerava serem as características da psicologia infantil.

Notas finais

O estudo direccionou-se para uma iniciativa de assistência e educação da infância, no quadro da administração regional e autárquica – Junta Geral do Distrito de Coimbra, Junta da Província da Beira Litoral, Junta Distrital de Coimbra –, no Portugal do Estado Novo, constituindo uma obra social centrada em Coimbra e no seu distrito ou na província da Beira Litoral, que englobava os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, de acordo com cada momento histórico. Em contexto de afirmação e construção da Modernidade, evidencia-se o novo olhar sobre a criança, a par das renovadas preocupações com o gerar, criar e educar, que se encontra, de igual modo, na génese da atenção prestada à educação das mães. Uma proposta que se filia no higienismo e na busca de disseminação dos hábitos de higiene e de boa saúde, respaldadas em práticas legitimadas pela ciência.

No conjunto dos múltiplos projetos de saúde e assistência pública sustentados pela(s) Junta(s) focou-se a atenção na Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), percebida como dispositivo socio-sanitário,

representando uma disciplinarização e controlo sobre a vida das famílias e das crianças, tendo-se procurado explicitar uma compreensão da trajetória das crianças nas instituições da OPGDC, ao longo da sua vida até atingirem a idade adulta. Um percurso que, apesar de tudo, facultou a apropriação de conhecimentos e a interiorização de práticas que permitiram às crianças ganharem maior poder sobre as suas vidas e encontrarem-se mais bem preparadas para enfrentar a vida. De resto, como se assinalou, o dispositivo socio-sanitário, no inverno da vida daqueles que o tinham frequentado, em caso de necessidade, reenquadrava-os.

No contexto da OPGDC a análise centrou-se no programa das Casas da Criança, muito particularmente, nas infraestruturas, nos seus destinatários, nos objetivos e na proposta pedagógica. Merece consideração o modelo de financiamento encontrado, compaginando verbas consagradas no orçamento de Estado com aquelas obtidas através de financiamento de organizações públicas e privadas, bem como recorrendo ao filantropismo, denotando a capacidade de envolver a comunidade, em geral, e as elites, em particular, no desenvolvimento do programa das Casas da Criança.

O programa não pode deixar, em certo sentido, de nos surpreender, num país em que o primeiro programa sistemático de construção de escolas remonta, apenas, a 1941, as Casas da Criança consubstanciaram edifícios, construídos de raiz ou adaptados, *esplendorosos* e com espaços adjacentes cuidadosamente tratados, contruídos com rigor e ordem, norteados pelos contributos da novel ciência e integrados com um conjunto de princípios pedagógicos, a par da preocupação para conferir um carácter sistemático ao processo de edificação – primeiro em cada concelho, depois as freguesias – e tendo como destinatários a “criança pobre e desprotegida”.

Evidenciam-se, precisamente, os destinatários, seja pela faixa etária em que são enquadrados – idades de frequência da creche e do jardim de infância –, ou pelas origens sociais – e.g., os deserdados –, tendo como contraponto um país em que o Estado abandonou a oferta de educação pré-escolar e onde as condições materiais de existência colocavam ainda num horizonte, mais ou menos longínquo, preocupações de generalização educativa.

A proposta pedagógica do programa das Casas da Criança que se inseria no quadro da educação nova, mobiliza contributos de Froebel e, muito especialmente, de Maria Montessori, num tempo em que progressivamente o modelo montessoriano se ia tornando prevacente na formação social portuguesa. Os relatórios compulsados evocam dificuldades e contradições,

em diferentes momentos e instituições, entre a enunciação do programa e as práticas educativas correspondentes. Tópico que convoca para dois pontos, o primeiro, a compreensão de que cada Casa da Criança é uma instituição específica, diferenciada das demais, com atores, adultos e crianças, contextos e circunstâncias distintos, exigindo uma apreciação *per se*. A realidade mostra-nos, efetivamente, que nem sempre, dependendo da época e da região, terá sido possível uma ação tão estruturada e claramente focada nos objetivos, marcando, com clareza, a distância entre as ideias e a vontade dos atores e a dura realidade das condições materiais e simbólicas de existência.

Referências

BASHFORD, A. *Imperial Hygiene. A Critical History of Colonialism, Nationalism and Public Health*. New York: Palgrave MacMillan, 2004, XVI, 264 p.

CAPELO, T. C. P. *Relatório de atividade geral*. Relatório. (relatório de atividade geral da Escola Normal Social, 1950-1951). ENS, Coimbra, 1951.

CRUZ, A. O Hospital-Colónia Rovisco Pais: a última leprosaría portuguesa e os universos contingentes da experiência e da memória. *História, Ciências, Saúde*, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2009, p. 407-431.

DUARTE, M. A. J. C. *Relatório de estágio e de visitas de estudo*. Relatório (relatório de estágio e de visitas de estudo de curso da Escola Normal Social, 1965-1966). ENS, Coimbra, 1966.

FERREIRA, A. G. & MOTA, L. «Cada Casa da Criança que se abre, corresponde a uma enfermária que se fecha». Gerar, Criar e Educar no Portugal do Estado Novo. *Sarmiento. Revista Galega Portuguesa de Historia da Educación*, v. 22, 2018, p. 133-152.

FERREIRA, A. G., MOTA, L. & PINTO, R. “Façamos felizes as crianças da nossa terra”: As Casas da Criança, um programa (inovador) entre a assistência e a educação. In: J. PINTASSILGO & L. A. M. ALVES (Coord.). *Roteiros da Inovação Pedagógica*. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019, capítulo 9, p. 305-337.

FERREIRA, A. G., MOTA, L. & VILHENA, C. Discursos sobre a emergência da educação da infância formal em Portugal (1880-1950). *Revista de História da Educação* (Online), v. 23, 2019, 33 p.

FERREIRA, A. G., MOTA, L. & VILHENA, C. Modelos curriculares para a educação de infância. In: A. G. FERREIRA & L. MOTA (Coord.). *Caminhos da educação de infância em Portugal*. Políticas e perspetivas contemporâneas. Santo Tirso: De Facto Editores, 2019, capítulo 3, p. 103-158.

FREIRE, M. A. O. A. *Relatório de visitas de estudo*. Relatório. (relatório de visitas de estudo de curso da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.

GRÁCIO, R. *Obra Completa – Da Educação*. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, 697 p.

MARQUES, M. H. *Relatório de actividade geral*. Relatório. (relatório de curso da Escola Normal Social, 1950-1951). ENS, Coimbra, 1951.

- MARTINS, A. & TOMÉ, M. R. Bissaya Barreto e a política assistencial da Junta da Província da Beira Litoral. In: J. P. PAIVA & P. V. NASCIMENTO (Coord.). Bissaya Barreto (1886-1974). *Percorrer uma vida e uma obra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra/Fundação Bissaya Barreto, 2013, capítulo 7, p. 45-85.
- MOTA, L. & FERREIRA, A. G. Uma instituição de formação de professores do ensino primário em Coimbra (1942-1974). *Educação e Realidade*, v. 41, número especial, p. 1397-1418, 2016.
- MOTA, L., VILHENA, C. I. & FERREIRA, A. G. O semanário “Educação Nacional”: inovação e educação da infância em Portugal (1927-1976). In: J. M. HÉRNANDEZ DÍAZ (Dir.). *La Prensa Pedagógica de los profesores*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, capítulo 16, p. 249-261.
- OLIVEIRA, M. D. B. (1964-1965). *Relatório de visitas de estudo*. Relatório. (relatório de visitas de estudo, da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.
- PEREIRA, A. L., & PITA, J. R. Público e Privado. História Ecológico-Institucional do Corpo. O caso português (1900-1950). Apresentação sumária de um projecto aprovado. *Estudos do Século XX*, n. 5, p. 439-453, 2005.
- PIMENTA, L. R. *Relatório de estágio*. Relatório. (relatório de estágio da Escola Normal Social, 1943-1944). ENS, Coimbra, 1944.
- PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, v. XXXIV, n. 151-152, p. 477-508, 2000.
- PORTUGAL. Decreto-lei n.º 26893, de 15 de agosto de 1936. Aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.). *Diário de Governo*. Lisboa, 15 ag. 1936. I Série, 1936, p. 981-984. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/26893-358684>. Acesso em: 20 ag. 2023.
- PORTUGAL. Decreto-lei n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. Promulga várias disposições acerca de escolas e postos de ensino primário. *Diário do Governo*. Lisboa, 9 out. 1937. I Série, 1937, p. 1071-1073. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/28081-433874>. Acesso em: 20 ag. 2023.
- PORTUGAL. Despacho do Ministro da Saúde e Assistência de 17 de novembro de 1958. Aprovação dos estatutos da instituição particular de assistência denominada «Fundação Bissaya Barreto». *Diário de Governo*. Lisboa, 26 nov. 1958. III Série, 1958, p. 2603. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/3s/1958/11/1958d277s000.pdf>. Acesso em: 15 ag. 2023.
- RENDEIRO, M. C. O. *Relatório de visitas de estudo*. Relatório (relatório de visitas de estudo do curso da Escola Normal Social, 1964-1965). ENS, Coimbra, 1965.
- ROSA, F. B. B. Medicina Social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal. In: *I Congresso da União Nacional*. Volume II. Lisboa: União Nacional, 1935, p. 136-142.
- ROSA, F. B. B. *Subsídios para a História II*. Notes sur quelques établissements d’assistance de la Province de Beira Litoral. Coimbra: Junta da Província da Beira Litoral, 1956a, 213 p.
- ROSA, F. B. B. *Subsídios para a História III*. Hôpital Rovisco Pais et oeuvres d’assistance social aux familles des lepreux. Coimbra: Junta da Província da Beira Litoral, 1956b, 68 p.

ROSA, F. B. B. *Uma Obra Social realizada em Coimbra*. Volume I. Coimbra: Coimbra Editora, 1970, 387 p.

SILVA, M. A. *A protecção à infância através das «Casas da Criança» e a ação benéfica destas sobre o meio popular*. S. d. Trabalho (trabalho elaborado no 2º ano do curso da Escola Normal Social). ENS, Coimbra.

SILVA, R. J. *Arquitetura hospitalar e assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 508 p. Tese (Doutorado na área científica de Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura). DARq/FCTUC, Coimbra, 2013.

SOUSA, J. P. *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, 288 p.

VAQUINHAS, I. A família, essa «pátria em miniatura». In: J. Mattoso (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal*. A Época Contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, capítulo 4, p. 118-151.

VAQUINHAS, I. O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX/Princípios do século XX). *Revista de História das Ideias*, n. 14, p. 365-388, 1992.

VILHENA, C. I. *A educação para a maternidade nas revistas de educação familiar no último meio século*. 500 p. Tese (Doutorado na área científica de Ciências da Educação, especialidade Educação e Desenvolvimento). FCSH/UNL, Lisboa, 2010.